



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2021 – N.º 09/2021 - MANDATO 2017 – 2021

Aos catorze dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, Casimira Pereira Alves, Sónia Sanfona e Alzira Agostinho, em substituição do senhor Vereador António Moreira. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

Ponto 01 - Ata para apreciação e votação. Proposta de Ata n.º 8/2021 - Reunião realizada no dia 28/04/2021.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação: -----

Ponto 02 – Manifestação de pesar pelo falecimento de Carlos Bernardes, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

Município de Alpiarça. -----

Para Conhecimento: -----

Ponto 03 – Proposta de retificação de deliberação – ponto 03 da reunião de Câmara do dia 28/04/2021 – Transmissão dos lotes 37 a 44 da Zona Industrial.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Ratificação:-----





Ponto 04 – Proposta – Transmissão do direito de superfície dos Lotes 17 e 18 da Zona Industrial

– Direito de Preferência. -----

Município de Alpiarça. -----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Ponto 05 – Proposta – Autorização para a adjudicação por Ajuste Direto das lojas números 10/11 (dez/onze) do Mercado Municipal de Alpiarça e aprovação da Minuta do Contrato.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Ponto 06 – Proposta de isenção do pagamento de Rendas.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Ponto 07 – Licença Especial de Ruído, com início às 19,00 h e termo às 22,30 h do dia 15/05/2021, para realização do evento “Musica ao Vivo – Kamandro”, a realizar no Jardim/Esplanada D. Dion, em Alpiarça. Requerente: Valter & Ana, Hotelaria, Lda. -----

Para Deliberação: -----

Ponto 08 – Proposta de calendário para realização das reuniões de Câmara, durante o ano de 2021.-----

Município de Alpiarça. -----

Para Deliberação:-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----

--- A reunião foi aberta pelo senhor Presidente, Mário Fernando Atracado Pereira, eram 15h14m, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento de seguida do resumo diário de tesouraria, referente ao dia treze de maio de dois mil e vinte e um, com um total de disponibilidades de 559.797,21 Euros (quinhentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e sete euros e vinte e um cêntimos).-----





PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

--- O senhor Presidente iniciou a sua intervenção com os dados sobre a situação da Covid 19, referindo que se mantinham os cinco casos ativos, duzentas e noventa e uma pessoas recuperadas, seis óbitos, num total acumulado de trezentos e dois casos desde o início da pandemia. Em relação à vacinação informou que no ultimo relatório recebido, a percentagem era de cerca de 25% da população já vacinada com a primeira dose da vacina, sendo que no caso das pessoas com mais de setenta anos, eram residuais os casos em que não havia vacinação, pelo que estava quase vacinada a totalidade da população com duas doses em tal faixa etária. -----

--- Tomou a palavra a senhora Vereadora Casimira Alves, para dar informações sobre o projeto “Cultura a 4 Tons”, explicando que o mesmo tinha como objetivo dinamizar o setor da cultura em Alpiarça, proporcionando aos Alpiarcenses momentos musicais e outras formas de cultura e de arte, retomando-se a atividade cultural, depois de longos períodos de grandes restrições naquela área. Referiu que o objetivo era oferecer um programa cultural variado, que aconteceria quinzenalmente até Setembro, acontecendo o primeiro espetáculo no dia quinze de Maio, na Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, com cantor Alpiarcense Diogo Carapinha. Informou, também, que estava a decorrer no Polo Eno-Turístico, uma exposição de pintura do artista Massimo Esposito e dos seus alunos, e que iria ser também inaugurada, no dia 18 de Maio, Dia Internacional dos Museus, uma exposição com os trabalhos das crianças do 1.º ciclo, resultantes duma parceria entre o serviço educativo e o Agrupamento Escola José Relvas, que e tinha por nome “Um Olhar Inocente”. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, começando por deixar uma palavra de preocupação, relativamente ao número de pessoas que estavam em vigilância ativa, que segundo a informação que tinha, seria por causa duma situação ocorrida numa das escolas, sendo certo que tais situações podiam fazer aumentar os números com alguma rapidez, pois abrangiam turmas inteiras, professores, auxiliares e familiares. No que respeitava aos festejos que tinham ocorrido, em virtude da vitória do Sporting no campeonato nacional, referiu que tais situações eram mais ou menos inevitáveis, e compreendia que as pessoas depois tantos anos quisessem festejar, mas julgava que as consequências de tudo para o Concelho de Alpiarça não seriam muito preocupantes, embora as autoridades devessem ficar atentas. Relativamente ao Plano de Apoio a Economia Local, solicitou



que fosse feito um ponto de situação sobre as candidaturas aprovadas e sobre a aplicação do mesmo. Alertou para a situação dos imigrantes que residiam no Concelho de Alpiarça, referindo que existiam casos que podiam ser preocupantes, dadas as condições de insalubridade em que algumas pessoas estariam a viver, ao que lhe foi relatado. Salientou que o SEF e as outras autoridades estavam mais atentas, em função do que se tinha passado nos últimos tempos, mas uma boa parte das situações não relevariam para efeitos criminais, para que o SEF pudesse tomar medidas relativamente a elas, pelo que nesses casos julgava que as Autarquias eram as entidades com mais condições para manterem uma vigilância, naturalmente, em conjunto com as forças de segurança. Lembrou que havia um conjunto de instrumentos na lei de bases da habitação e noutra legislação avulsa, relativamente a tal matéria e que podiam enquadrar tomadas de posição por parte dos poderes públicos, o que podia ser uma salvaguarda para a saúde não só daquelas pessoas, mas sobretudo para a saúde pública, pelo que deixava a sugestão de que o Município mantivesse um acompanhamento próximo da situação. Terminou a intervenção, questionando se era verdade que tinha estado no edifício da Câmara Municipal de Alpiarça uma brigada da polícia judiciária, para efeitos de uma investigação. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Alzira Agostinho, começando por dizer, relativamente aos imigrantes, que se tratavam de situações humanitárias, de pessoas que às seis da manhã saíam para trabalhar e que chegavam de noite, pelo que o SEF não conseguia saber o número exato de imigrantes a residir nas habitações, porque à hora que chegavam aos locais, já os residentes tinham saído e tinham várias horas de trabalho. Referiu que havia famílias que tinham as crianças integradas na escola, mas isso não significava que estivessem legalizadas, pelo que julgava que seria importante a criação de um gabinete de apoio, dotado com técnicos que falassem inglês, porque alguns imigrantes expressavam-se em inglês e portanto seria mais fácil fazer o acompanhamento. Em relação à vacinação, questionou se os imigrantes estavam incluídos no plano da vacinação e quem é que fazia esse controlo. No que respeitava às acomodações onde os imigrantes viviam, referiu que os mesmos pagavam rendas muito elevadas e tinham muito poucas condições de habitabilidade, pelo que no seu entender cabia a todos como Concelho, atuar e supervisionar, de forma a que tais situações fossem resolvidas. Em relação aos terrenos de acesso à pré-primária, ques-



tionou se existia algum projeto para resolver a situação, de modo a que as pessoas pudessem ir entregar ou buscar os filhos e os netos, em melhores condições, sobretudo na época das chuvas.---

--- O senhor Presidente respondeu, explicando que o número de pessoas em vigilância ativa, tinha a ver exatamente com um caso que tinha surgido na EB1 JI de Alpiarça, sendo que todos os colegas, familiares e funcionários, tinham sido referenciados para vigilância ativa e estavam a ser testados. Referiu, em relação à realização de eventos, que a ideia era aumentar o número de iniciativas na área cultural e na área desportiva, de acordo com o que era possível e com o cumprimento de todas as regras definidas, de modo a retomar gradualmente a normalidade. Quanto à questão dos imigrantes, referiu que a situação colocava grandes desafios, pois muitos nem sequer falavam inglês, francês ou espanhol, o que dificultava a comunicação inclusive de professores com as crianças que frequentavam as escolas, mas esse era um problema não apenas do Concelho de Alpiarça, mas de todo o país, sendo certo que os Municípios estavam na primeira linha de apoio a tais populações migrantes. Continuou a intervenção, informando que tinha solicitado uma reunião com o o senhor Secretario de Estado da Administração Interna, para falar do novo quartel da GNR, sendo que a ideia era ser a Câmara Municipal a lançar o concurso e iria aproveitar a reunião para abordar também a situação dos imigrantes e das condições em que os mesmos residiam e trabalhavam. Em relação à vacinação de tal comunidade, frisou que o plano de vacinação era definido pelos serviços integrados no Ministério da Saúde, mas julgava que pelo menos os trabalhadores que estavam registados nos Centros de Saúde e beneficiavam dos serviços de saúde do país, deviam ter acesso à vacinação. Em relação ao acesso à pré-escola, salientou que tinha havido ao longo dos últimos anos uma melhoria significativa do mesmo, embora aquele não fosse o acesso principal à escola, pois o acesso deveria ser feito pela entrada da Avenida Carlos Relvas. Referiu que existia um projeto para o local, que tinha talvez quarenta anos e que nunca tinha sido executado, pelo que teriam que avaliá-lo para perceber se existiam condições nos próximos anos de o concretizar. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos respondeu à questão do Plano de Apoio à Economia Local, informando que tinham sido apresentadas trinta e sete candidaturas, estando o mesmo numa fase de comunicação de decisão aos comerciantes que se tinham candidatado, sendo que tinham sido admitidos cerca de trinta candidatos, ficando alguns excluídos porque não tinham domicílio fiscal em Alpiarça ou não cumpriam outras regras aprovadas pela Câmara Municipal. Em relação ao ter-





reno do acesso à pré-primária, acrescentou que a Câmara Municipal nos últimos anos tinha construído um sumidouro, no sentido de retirar toda a água que se concentrava naquela zona, tinha construído também um passeio em cimento e colocado alcatrão, nas zonas onde havia mais lama junto à entrada e pretendia ainda criar um passeio em cimento, desde da estrada de alcatrão até à entrada, apesar de se tratar duma situação com características provisórias, porque no futuro o acesso deveria passar a ser feito pela Avenida Carlos Relvas. -----

---A senhora Vereadora Sónia Sanfona questionou se a Câmara Municipal tinha abandonado o projeto que existia ou era uma ideia sobre a qual iria trabalhar, ao que o senhor Presidente respondeu que a solução encontrada era provisória, mas não significava o abandono da hipótese de ligação a outras urbanizações, a partir da Rua Maria Luísa Falcão. -----

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

--- **Ponto 01 - Ata para apreciação e votação. Proposta de Ata n.º 8/2021 - Reunião realizada no dia 28/04/2021.-Município de Alpiarça. Para Deliberação: -----**

--- A senhora Vereadora Sónia Sanfona fez uma proposta de alteração à ata. -----

--- Deliberação: A ata, com a proposta de alteração, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 02 – Manifestação de pesar pelo falecimento de Carlos Bernardes, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras. Município de Alpiarça. Para Conhecimento: -----**

--- Interveio o senhor Presidente, referindo que o Município de Alpiarça tinha recebido a triste notícia do falecimento de Carlos Manuel Nunes Bernardes, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, pelo que manifestava o seu profundo pesar e apresentava as suas mais sentidas condolências à sua família, amigos e ao Município de Torres Vedras. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, referindo que também se associavam à apresentação de condolências à família e ao registo de tão triste acontecimento com o Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----





--- Deliberação: A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

--- **Ponto 03 – Proposta de retificação de deliberação – ponto 03 da reunião de Câmara do dia 28/04/2021 – Transmissão dos lotes 37 a 44 da Zona Industrial. Município de Alpiarça. Para Ratificação:** -----

--- Interveio o Senhor Presidente, explicando que tinha havido um lapso na redação da proposta anterior e que depois tinha ficado a constar da deliberação, mas o que estava em causa era o direito da propriedade, e não o direito de superfície como, por lapso, tinha ficado registado na deliberação, pelo que era isso que se pretendia retificar. -----

--- Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de retificação de deliberação – ponto 03 da reunião de Câmara do dia 28/04/2021 – Transmissão dos lotes 37 a 44 da Zona Industrial. -----

--- **Ponto 04 – Proposta – Transmissão do direito de superfície dos Lotes 17 e 18 da Zona Industrial – Direito de Preferência. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:** -----

--- Interveio o Senhor Presidente, referindo que se tratava de um pedido para transmissão do direito de superfície dos Lotes 17 e 18 da Zona Industrial, sobre o qual a Câmara Municipal tinha que decidir se exercia, ou não, o direito de preferência, sendo que no caso de prescindir, já não tinha o direito de receber a compensação, porque não era a primeira transmissão. -----

--- Interveio a Senhora Vereadora Sónia Sanfona, salientando que na informação interna da Câmara se referia que o requerente solicitava autorização para alienar o direito de superfície sobre os lotes 17 e 18, por um valor aproximado de 45 mil euros, pelo que no seu entender, para a Câmara Municipal pudesse exercer ou não o direito de preferência no negócio, tinha que saber o valor exato pelo qual o negócio ia ser feito, e portanto a referência ao valor aproximado não era suficiente, ou seja, o vendedor tinha que dizer qual era o valor exato pelo qual ia fazer a transação. Questionou, ainda, se a empresa a quem iam ser vendidos os lotes, tinha uma atividade condizente com as atividades permitidas na Zona Industrial de Alpiarça à luz do Regulamento, pois entendia que se os detentores de direitos de superfície ou propriedade na Zona Industrial, vendessem preferencial-





mente lotes a fundos, a bancos ou empresas que não tivesse como objeto o exercício de atividade industrial, a Câmara Municipal o risco de os lotes ficarem desocupados e sem laboração, o que se devia evitar. Terminou, propondo que o ponto fosse retirado da ordem de trabalhos, para que fossem esclarecidas tais questões. -----

--- Deliberação: O ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos. -----

--- **Ponto 05 – Proposta – Autorização para a adjudicação por Ajuste Direto das lojas números 10/11 (dez/onze) do Mercado Municipal de Alpiarça e aprovação da Minuta do Contrato. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:** -----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, explicando que o requerente solicitou a cedência das lojas 10 e 11 do Mercado Municipal, para exercer a atividade de bar e padaria, sendo que a Câmara Municipal poderia autorizar a ocupação a título excecional e com o fundamento nas obras de requalificação do local. Frisou, ainda, que a atividade pretendida se enquadra nas atividades permitidas, conforme previa o artigo 9.º do Regulamento do Mercado Municipal de Alpiarça e a proposta ia no sentido da ocupação ser por cinco anos com uma renda de 100 euros mensais. -----

--- Deliberação: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, autorizar a adjudicação por ajuste Direto das lojas números 10/11 (dez/onze) do Mercado Municipal de Alpiarça e aprovar a minuta do contrato, nos termos e fundamentos da presente proposta. -----

--- **Ponto 06 – Proposta de isenção do pagamento de Rendas. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:** -----

--- Interveio o senhor Presidente, referindo que tinham vindo a aprovar sucessivamente, desde o início da pandemia, aquelas isenções e como tal, propunha a prorrogação das mesmas por um período de mais 90 dias, a contar do dia 1 de Maio. -----

--- Interveio a senhora Alzira Agostinho, para perguntar qual era o valor envolvido mensalmente, resultante de tais isenções, ao que o senhor Vereador João Arraiolos respondeu que deveria rondar os 5.500 mil euros mensais. -----

--- Deliberação: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, prorrogar o prazo de isenção do pagamento de rendas, por mais 90 dias, com efeitos a 1 de maio de 2021. -----





--- **Ponto 07 – Licença Especial de Ruído, com início às 19,00h e termo às 22,30h do dia 15/05/2021, para realização do evento “Musica ao Vivo – Kamandro”, a realizar no Jardim/Esplanada D. Dion, em Alpiarça. Requerente: Valter & Ana, Hotelaria, Lda. Para Deliberação:** -----

--- Interveio o senhor Presidente, referindo que se tratava dum pedido de licença de ruído para um espetáculo de música ao vivo, sendo que os proprietários, para garantir que tudo corria bem e as regras eram cumpridas, iriam contar com a presença da GNR no local. -----

--- Deliberação: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, emitir a Licença Especial de Ruído, com início às 19,00h e termo às 22,30h do dia 15/05/2021, para realização do evento “Música ao Vivo – Kamandro”, a realizar no Jardim/Esplanada D. Dion, em Alpiarça. -----

--- **Ponto 08 – Proposta de calendário para realização das reuniões de Câmara, durante o ano de 2021. Município de Alpiarça. Para Deliberação:** -----

--- Interveio o senhor Presidente, explicando que, por lapso, ainda não tinha apresentado o calendário das reuniões, que de qualquer forma era passível de alterações, com o acordo de todos os membros do Executivo Municipal. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, frisando que apesar do calendário não ter sido aprovado, julgava que a questão do agendamento das reuniões de Câmara, tinha sido sempre bem gerida por todos, pois tinha sido sempre possível agendar as reuniões de uma forma que fosse no interesse de todos e salvaguardando as várias situações que iam acontecendo. -----

--- Deliberação: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o calendário para realização das reuniões de Câmara, durante o ano de 2021. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

--- Não houve intervenções do público.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram 17h00m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----





Município de Alpiarça

Câmara Municipal

ATA N.º 09/2021 RC 14 DE MAIO 2021 - MANDATO 2017 - 2021

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

